g) Quando não seja concedido o consentimento da sociedade para a cessão de quotas.

§ único. O valor das amortizações atrás referidas será o apurado com base no último balanço e será pago no prazo de 120 dias caso não seja estipulado ou acordado outro prazo.

ARTIGO 9.º

Gerência

A gerência social dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado pela assembleia geral será exercida pelos sócios João Pedro Borges Lourenço e Cristina Maria da Fonseca Sequeira Borges Lourenço.

§ único. A sociedade fica obrigada em todos os actos e contractos com a assinatura de dois gerentes e ou de um gerente e um procurador, exceptuando-se os actos de mera gestão corrente para os quais basta uma assinatura.

ARTIGO 10.º

Competência da gerência

a) À gerência compete a normal gestão da sociedade por forma a cumprir o seu objecto social.

b) Compete, ainda, à gerência deliberar quanto à alteração e fixação da sede social.

ARTIGO 11.º

Das contas da gerência

No fim de cada ano, a gerência deverá proceder a inventário e organizar o balanço e a conta de ganhos e perdas e submeter um e outro, juntamente com a sua proposta sobre a aplicação de resultados, a deliberação da assembleia geral ordinária da sociedade.

§ único. O ano social será coincidente com o ano civil.

Está conforme o original.

14 de Abril de 1998. — A Ajudante Principal, *Anabela Maria Rodrigues Filipe Soares*. 3000221124

SANTOS & ANTUNES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Vila Franca de Xira. Identificação de pessoa colectiva n.º 500803722; inscrição n.º 8; número e data da apresentação: 14/20011207; pasta n.º 1228.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

1) Aumento de capital, sendo o montante do aumento de 502 410\$, realizado em dinheiro e subscrito pelos sócios em partes iguais, reforçando as suas quotas;

2) Alteração parcial do contrato, tendo alterado o artigo 3.º, o qual passa a ter a seguinte nova redacção:

3.º

O capital social é de cinco mil euros, inteiramente realizado em dinheiro, e dividido em quatro quotas iguais de mil duzentos e cinquenta euros cada, uma de cada um dos sócios Maria de Fátima Abreu e Lima Anacleto Simões, Dr. Rogério Paulo Abreu e Lima Anacleto Simões, Pedro José Abreu e Lima Anacleto Simões e Maria da Conceição Abreu e Lima Anacleto Simões.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

27 de Novembro de 2006. — A Primeira-Ajudante, *Maria Teresa Santos Neves Lemos*. 2012353959

ESTRADATUR — TRANSITÁRIOS, AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES E REPRESENTAÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Vila Franca de Xira. Matrícula n.º 03806/970331; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 39/970331.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

Contrato de sociedade

No dia 13 de Dezembro de 1996, no 2.º Cartório Notarial de Vila Franca de Xira, perante mim, Graça Maria Ribeiro Batista Pato Jor-

ge, ajudante principal deste Cartório, em exercício por motivo de se encontrar vago o lugar do respectivo notário, compareceram como outorgantes:

1.º Abel Tomás Ideias, contribuinte n.º 124596848, natural da freguesia de Areias concelho de Ferreira do Zêzere, casado em comunhão geral com Maria Teresa Martins de Melo Ideias, residente na Rua de Pedro Del Negro, 1, 6.º, F, Reboleira, Amadora;

2.º Aquiles Correia Paulo, contribuinte n.º 126418217, natural da freguesia de Pinheiro, concelho de Castro Daire, residente na Rua de Álvaro Campos, lote 30, 3.º, frente, Bons Dias, Odivelas, Loures, casado com Maria Odete Ferreira da Rocha Paulo em comunhão de adquiridos;

3.º João Policarpo da Costa Valentim, contribuinte n.º 110221893, natural da freguesia de São Vicente de Fora, concelho de Lisboa, residente em Cruz de Santa Helena, 1.º, Lisboa, casado com Aura Júlia Loureiro de Almeida em comunhão de adquiridos;

4.º Maria Helena Correia Raposo, divorciada, natural de Lisboa freguesia de Santa Justa, residente na Praceta de Diogo Contreiras, 16, 2.º, esquerdo, Cruz de Paul, Amora.

Verifiquei a identidade dos outorgantes por conhecimento pessoal.

E por eles foi dito:

Que pela presente escritura, constituem entre si uma sociedade comercial por quotas denominada ESTRADATUR — Transitários, Agenciamento de Transportes e Representações, L.ª, com sede na Praça do 1.º de Maio, lote 34, cave, direito, Olival da Fonte, freguesia de Vialonga, deste concelho, com o capital social integralmente realizado em dinheiro de quatrocentos mil escudos, dividido em quatro quotas iguais de cem mil escudos, uma de cada um dos sócios, tendo por objecto o exercício do comércio de transitários, agenciamento de transportes e representações, e que ficará a reger-se pelo pacto social constante do documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do Código do Notariado, que arquivo, o qual fica a fazer parte integrante desta escritura.

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma ESTRADATUR — Transitários, Agenciamento de Transportes e Representações, L.ª, e vai ter a sua sede na Praça do 1.º de Maio, lote 34, cave, direito, Olival de Fonte, freguesia de Vialonga, concelho de Vila Franca de Xira.

§ único. Por simples deliberação da gerência pode a sede social ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes, bem como serem criadas delegações e filiais em qualquer ponto do País.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a actividade de transitários, agenciamento de transportes e representações.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de quatrocentos mil escudos, e corresponde à soma de quatro quotas, sendo: uma de cem mil escudos, pertencente ao sócio Abel Tomás Ideias, cem mil escudos ao sócio Aquiles Correia Paulo, cem mil escudos, ao sócio João Policarpo da Costa Valentim e uma de cem mil escudos, à sócia Maria Helena Correia Raposo.

3 — Poderão ser feitos à sociedade os suprimentos de que esta carecer, mediante condições a estabelecer em assembleia geral.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade, bem como a sua representação em juízo e fora dele, será exercida por todos os sócios, que para o efeito, ficam desde já nomeados gerentes.

§ 1.º Os gerentes não terão direito a qualquer remuneração, salvo se o contrário for deliberado em assembleia geral.

§ 2.º Para a sociedade se considerar validamente vinculada é necessária a assinatura de dois gerentes.

§ 3.º Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em todos os actos ou contratos estranhos aos negócios sociais, designadamente fianças, subfianças ou outras semelhantes.

ARTIGO 5.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de carta registada, expedida com a antecedência mínima de 15 dias, devendo da convocatória constar a ordem de trabalhos.

ARTIGO 6.º

1 — A cessão, total ou parcial, de quotas e não sócios depende do consentimento prévio da sociedade.

2 — O sócio que pretenda ceder a sua quota a não sócios deve comunicá-lo à sociedade e aos outros sócios por carta registada com aviso de recepção, indicando a identidade do cessionário, o preço e demais condições da cessão.

3 — No prazo de 30 dias a contar da recepção da carta referida no número anterior, a sociedade deverá pronunciar-se acerca da pretendida cessão, sob pena de esta se tomar livre.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar quotas nos seguintes casos:

- Com o consentimento do seu titular;
- Se o respectivo titular as ceder sem infracção ao disposto no artigo 6.º;
- Quando a quota for arrestada, arrolada, penhorada ou em geral apreendida judicial ou administrativamente;
- Se o titular, durante dois anos consecutivos não comparecer ou não se fizer representar em nenhuma assembleia geral da sociedade;
- Se em caso de divórcio a quota partilhada não for adjudicada ao seu titular.

2 — A quota amortizada figurará no balanço como tal e, posteriormente, por deliberação dos sócios, poderão em sua substituição, uma ou várias quotas destinadas a ser alienadas a um ou alguns sócios ou a terceiros.

ARTIGO 8.º

A sociedade dissolve-se nos casos previsto na lei e ainda quando todos os sócios manifestem vontade de a dissolver e nesse sentido deliberem em assembleia geral por maioria qualificada.

ARTIGO 9.º

Em caso de dissolução serão liquidatários os gerentes em exercício, sem prejuízo de poderem ser indicados mais um ou outros liquidatários.

Está conforme o original.

8 de Abril de 1997. — A Primeira-Ajudante, *Maria Ema Diogo Lopes Moreira*. 3000220903

SAMUEL & RODRIGUES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Vila Franca de Xira. Matrícula n.º 02498/920424; identificação de pessoa colectiva n.º 502757116; averbamento n.º 01 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 52/950503.

Certifico que o ex-sócio António dos Santos Fernandes Rodrigues, cessou funções de gerente na sociedade em epígrafe, por renúncia em 15 de Junho de 1994.

8 de Janeiro de 1996. — A Ajudante Principal, *Anabela Maria Rodrigues Filipe Soares*. 3000220924

LINKS LOGISTICS — SERVIÇOS LOGÍSTICOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Vila Franca de Xira. Matrícula n.º 03807/970331; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 40/970331.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

Constituição de sociedade

No dia 12 de Março de 1997, no Cartório Notarial de Loures, perante mim, João Simões Pipa Ávila, notário do mesmo cartório, compareceram:

1.º Adalberto António José Barbosa, solteiro maior, natural de Cabo Verde e residente Rua de Elias Garcia, 171, 4.º, direito, Lisboa;

2.º Felisberto Manuel Bandeira de Almeida, casado com Maria Guilhermina Gonçalves de Almeida, na comunhão de adquiridos, como declarou, e residente na Rua do 1.º de Maio, 77, 1.º, direito, freguesia de Malveira, concelho de Mafra, natural da freguesia e concelho de Vouzela;

3.º Eduardo Augusto Florêncio Neves, solteiro, maior, natural da freguesia da Pena, concelho de Lisboa, e residente na Rua da Ilha da Madeira, lote 101, 1.º, esquerdo, freguesia de Olival de Basto, concelho de Loures;

4.º José Manuel Pires Ferreira, casado com Cristina Maria Gomes Ferreira, na comunhão de adquiridos como declarou, natural da freguesia de Vila Garcia, concelho da Guarda, e residente na Rua do Alto do Moinho de Vento, 228, 1.º, esquerdo, Bom Sucesso, Alverca;

5.º António Pires Ferreira, casado com Eulália Guerrero Roman, na comunhão de adquiridos, como declarou, natural da referida freguesia de Vila Garcia e residente na referida Rua do Alto do Moinho de Vento, 28, 2.º, esquerdo;

6.º António Pedro Branco Silvestre, casado com Paula Maria Flores Calhau Silvestre, na comunhão de adquiridos, como declarou, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, e residente na Rua do Dr. Alberto Alves de Oliveira, lote 1, 1.º, frente, freguesia e concelho de Loures;

7.º Paula Cristina Farinha Nunes Pereira, casada com Manuel Joaquim Pereira, na comunhão de adquiridos, como declarou, natural da freguesia referida de São Sebastião da Pedreira e residente no Casal da Serra, lote 60, 1.º, direito, freguesia de Póvoa de Santa Iria, concelho de Vila Franca de Xira;

8.º Ernesto Joaquim Figueiredo Ferreira, casado com Helena Maria Bandeira de Almeida Ferreira, na comunhão de adquiridos, como declarou, natural da freguesia e concelho de Oliveira de Frades e residente em Travanca, Oliveira de Frades.

Declararam:

Que, pela presente escritura, entre eles outorgantes, é constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, a qual se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Links Logistics — Serviços Logísticos, L.ª, vai ter a sua sede na Rua dos Caniços, 2 e 4, freguesia do Forte da Casa, concelho de Vila Franca de Xira.

§ único. Por simples deliberação da gerência, a sede social poderá ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe e criadas e encerradas filiais, sucursais, estabelecimentos ou outras formas locais de representação em qualquer ponto do país ou no estrangeiro.

2.º

O objecto social consiste na prestação de serviços logísticos, tais como armazenagem, distribuição, gestão de *stocks* e consultoria.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e já depositado nos termos legais, é de dois milhões seiscentos e quarenta mil escudos e corresponde soma das seguintes quotas: uma do valor de quatrocentos mil escudos, pertencente ao sócio Adalberto António José Barbosa e sete do valor de trezentos e vinte mil escudos pertencentes uma a cada um dos restantes sócios.

4.º

Poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao montante de quatro milhões de escudos.

5.º

Aos lucros anualmente apurados, depois de retiradas as percentagens legalmente fixadas para reservas, ser-lhes-á dado o destino que a assembleia geral deliberar.

6.º

1 — Fica desde já designado gerente o sócio Adalberto António José Barbosa.

2 — A sociedade vincula-se com a intervenção do gerente e um dos sócios a ser nomeado anualmente.

3 — A gerência poderá ser remunerada se tal vier a ser deliberado pelos sócios.

4 — Os poderes do gerente não compreendem a prestação de garantias reais ou pessoais a dívidas de outras entidades, salvo se existir justificado interesse próprio da sociedade em relação de domínio ou de grupo.

7.º

A sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de empresas bem como em sociedades de responsabilidade limitada com objecto diferente do seu ou reguladas por lei especial.

8.º

1 — Apenas a cessão total ou parcial de quotas entre os sócios não carece do consentimento da sociedade.

2 — Na cessão onerosa de quotas a não sócios, fica reconhecido o direito de preferência aos sócios não cedentes e à sociedade sucessivamente.